



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus Araraquara

Departamento de Economia

**PROPOSTAS E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA.**

Aluno: Robson Joaquim Lúcio Alves

Orientador: Prof. Dr. Fausto Saretta

ARARAQUARA

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus Araraquara

.Departamento de Economia

**PROPOSTAS E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA.**

**Monografia apresentada junto ao
curso de Ciências Econômicas da
Faculdade de Ciências e Letras de
Araraquara, como requisito
necessário para a obtenção do título
de Bacharel.**

Aluno: Robson Joaquim Lúcio Alves

Orientador: Prof. Dr. Fausto Saretta

Banca Examinadora: Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande

ARARAQUARA

2015

Para Maria

O patrimonialismo, como se sabe, é a pior privatização da coisa pública. Ele se desenvolve em um ambiente onde a burocracia se organiza mais por mecanismos de lealdade do que especialização ou capacidade técnica, e os limites do Estado são imprecisos. É um mecanismo excludente, ainda que o estado centralizador possa gerar novos grupos para operá-lo, como foi pela proliferação de viscondes e marqueses no nosso primeiro império, de que nos fala Raimundo Faoro em sua análise formidável desse fenômeno tão nocivo.

A antítese do sistema patrimonialista é a impessoalidade nos negócios do Estado, nas relações econômicas e na provisão de bens públicos, inclusive os sociais. Essa impessoalidade fixa parâmetros para a economia, protegendo o bem comum e a Fazenda Nacional, a qual então foca sua atividade no estabelecimento de regras gerais e transparentes. O que permite a iniciativa privada e livre se desenvolver melhor. Ela que dá confiança ao empreendedor de que vale a pena trabalhar sem depender, em tudo, do Estado.

Joaquim Levy

RESUMO

O objetivo desta monografia será de entender as questões referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos trinta anos. Através do método histórico-dedutivo como de técnicas simples de estatística descritiva explicitamos a evolução pela qual passou o Brasil nestes anos. Porém, recentemente, ao escolher caminhos não convencionais, representados basicamente por aspectos da teoria heterodoxa, a conservação deste movimento se mostrou falha. A defesa pela volta dos termos convencionais em política econômica assim como nas estratégias de desenvolvimento são essenciais para a contínua melhora das condições de vida da população brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, Nova Matriz Macroeconômica.

ABSTRACT

The main goal of this monograph is to understand the questions regarding brazilian economic development during the last thirty years. Through a historic deductive method, like simple techniques of descriptive statistics, we explicit the evolution process in which brazil has taken part in this last years. However, recently, by choosing non-conventional paths, represented basically by some aspects of the heterodox theory, the conservation of this process showed itself faulty. The defense for a return of the traditional ways employed in political economy just like in strategies of development are essential for the a continuous improvement of the brazilian population' life conditions.

Keywords: Economic Development, New Economic Development Model, New Macroeconomic Matrix.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEF – Caixa Econômica Federal

COPOM – Comitê de Política Monetária

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso (Ex-Presidente da República)

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

ISI – Import Substitution Industrialization (Substituições de Importações)

JK – Juscelino Kubitschek (Ex-Presidente da República)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAI – Programa de Ação Imediata

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUS – Sistema Único de Saúde

URV – Unidade Real de Valor

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I: ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - IPCA (1980-1998).....	18
GRÁFICO II: TAXA DE ANALFABETISMO - TOTAL DA POPULAÇÃO (1991-2000).....	21
GRÁFICO III: MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS (BRASIL: TOTAL).....	22
GRÁFICO IV: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (NÚMERO DE ÓBITOS INFANTIS POR 1000 NASCIDOS VIVOS).....	23
GRÁFICO V: NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS PELO PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS).....	25
GRÁFICO VI: TAXA DE JUROS SELIC (%A.A.) SET-2011-ABR-2013.....	33
GRÁFICO VII: MONTANTE DE RECURSOS EMPREENDIDOS PELO BNDES (POR PORTE DAS EMPRESAS).....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGENS, CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	11
1.1 Gerações dos economistas do Desenvolvimento Econômico	11
1.2 Práticas Extrativas, Plano Real e o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico Brasileiro	15
2. MODELO HETERODOXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: NEO-ESTRUTURALISMO, NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA	26
2.1 Neo-Estruturalismo: Proposta cepalina para o desenvolvimento numa era globalizada	26
2.2 Novo-Desenvolvimentismo: Atualização e adequação da Teoria Estruturalista aos novos tempos	29
2.3 Modelo Heterodoxo de Desenvolvimento Econômico: Nova Matriz Macroeconômica e aprofundamento das políticas sociais	32
3. NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO	36
3.1 Nova Matriz Macroeconômica, ativismo, perda da credibilidade e rumos do desenvolvimento	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico sempre foi uma questão presente no debate público, afinal de contas, ele é parte explicativa do expressivo avanço na qualidade de vida das pessoas ao redor do mundo. No longo debate sobre as fontes do desenvolvimento econômico, economistas clássicos, desenvolvimentistas, neoclássicos dentre outras correntes se debruçaram em entender e explicar esse fenômeno como também se aventuraram em propor receitas cujo objetivo não seria nada menos que superar condições de vida adversas. Passaram-se os anos, várias histórias de sucesso fizeram com que fossem estabelecidos consensos como as terríveis crises desfizeram esses mesmos acordos, tornando o debate tão acalorado quanto em tempos passados.

A origem da disciplina desenvolvimento econômico se deu pelas mãos dos economistas políticos, no sec. XIX. Após um hiato de quase um século, na qual a Ciência Econômica se preocupou com outros assuntos, essa ressurgiu como uma resposta aos novos tempos que se originam com os vários acontecimentos do breve século XX ¹. Nesse ressurgimento, várias estratégias de fomento ao desenvolvimento foram desenhadas e implantadas ao redor do mundo. Em especial, citam-se as estratégias desenvolvimentistas brasileiras das décadas de 1950-60 e 70.

Ainda no caso brasileiro, após uma pausa na década de 1980, dado as heranças de desequilíbrios dos períodos anteriores, as ideias sobre desenvolvimento voltaram com toda força. Um amplo debate surgiu em torno das possibilidades de desenvolvimento no Pós-Guerra Fria. Grifa-se a importância do estabelecimento da ordem democrática, após vinte quatro anos de um longo regime militar, as oportunidades proporcionadas por um mundo aberto e globalizado como também das demandas expressadas pela sociedade brasileira. Ações em torno de um consenso econômico foram implementadas que culminaram no desmantelamento de uma estrutura extremamente protecionista, perversa e irracional, além das bem-vindas consolidações dos direitos adquiridos via constituição de

¹ O século XX é considerado por muitos, dentre eles, o responsável pela popularização deste termo, Eric Hobsbawm, como o Breve Século XX. No intervalo compreendido entre os anos de 1917 e 1991 aconteceram vários eventos que mudaram o rumo de toda a civilização. Citamos entre tantos, a Revolução Russa, em 1917, como o primeiro caso de sucesso de uma revolução comunista em um país relevante, o Nacionalismo, que vitaminou ideologias totalitárias como o Nazismo e Fascismo. Outros importantes são a Crise de 1929, que abalou toda a Civilização Ocidental, a Segunda Guerra Mundial, que culminou na derrota do Nazismo como a ascensão de dois blocos majoritários, a Independência das Ex-Colônias Europeias, surgindo novos países sedentos de melhores condições de vida aos seus concidadãos, a queda do Bloco Comunista, em 1991, dentre demais acontecimentos.

1988. Outro acontecimento extraordinário desse período foi a estabilização da economia via Plano Real.

O trabalho proposto nesta monografia será de analisar os aspectos que envolveram o desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos 30 anos. No primeiro capítulo, nosso objetivo será desenvolver o Novo Modelo de Desenvolvimento, gerado a partir da instituição da Nova República Brasileira, em 1985. No segundo capítulo, descreveremos o Modelo Heterodoxo de Desenvolvimento, construído a partir das contribuições da CEPAL nos anos 1990, mas também de aspectos políticos de uma sociedade acostumada com idiossincrasias. No terceiro capítulo serão discutidos os aspectos dissonantes entre esses dois modelos e refletiremos sobre os rumos do desenvolvimento a partir de então.

1. NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGENS, CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

A concepção de desenvolvimento econômico se modificou intensamente nos últimos tempos. Não se trata apenas da acumulação de aspectos tangíveis, como o capital físico, patrimônio das famílias ou de ativos intangíveis, como o capital tecnológico, humano, dentre outras categorias. Há o reconhecimento que desenvolvimento econômico deve estar centrado na melhora contínua da qualidade de vidas das pessoas. Isso nos leva a um entendimento mais amplo dos aspectos necessários para se chegar a tal objetivo. Não significa dizer que a riqueza econômica não é uma premissa importante para a superação da pobreza extrema ou do subdesenvolvimento, mas que há um limite de ação dessa sobre o desenvolvimento.

A história brasileira parece-nos trazer subsídios para defender esta tese. Neste primeiro capítulo iremos trabalhar um pouco essas relações, cujo resultado foi a gênese do Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, a partir do estabelecimento da Nova República Brasileira, em 1985. Porém, antes, faz-se necessário descrever as principais tendências de pensamento em desenvolvimento econômico como alguns episódios da história econômica brasileira.

1.1 Gerações dos Economistas do Desenvolvimento Econômico

No pós-guerra ressurgiu nas ciências econômicas a preocupação sistemática de entender e explicar quais são as maneiras mais eficientes de se alcançar um estágio elevado de desenvolvimento econômico. Este tema já tinha sido anteriormente abordado pelos economistas clássicos, da envergadura de Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo, Stuart Mill, dentre outros, que se dedicaram a explicar sobre as fontes do progresso econômico e as mudanças econômicas de longo prazo nas sociedades.

Nos anos 1950, os primeiros autores pioneiros ² ao se debruçarem sobre os determinantes do desenvolvimento viam no Estado o agente capaz de planejar, organizar e

² Walt Whitman Rostow, Ragnar Nurkse, Paul Rosenstein-Rodan, William Arthur Lewis, Raul Prebisch, Gunnar Myrdal, Hans Singer, Harvey Leibenstein, Hollis Burnley Chenery, dentre outros economistas pioneiros.

conduzir esse movimento. Muitos deles viveram os colapsos econômicos dos anos 1920 e 1930 e enxergavam com desconfiança as proposições neoclássicas, preferindo adotar em suas teorias uma visão mais abrangente para as dificuldades do desenvolvimento. Em geral, estas análises identificaram rigidezes específicas, atrasos, faltas ou excedentes de produção, baixa elasticidade da oferta e da demanda, dentre outras características estruturais dos países – especificamente em vias de desenvolvimento – que afetavam os ajustamentos econômicos e as escolhas das políticas de desenvolvimento econômico³.

Outro traço característico desses economistas pioneiros é a ênfase na acumulação de capital físico como principal determinante do desenvolvimento econômico. Os modelos de desenvolvimento estratégicos de Nurkse (“*balanced growth*”); de Rosenstein-Rodan (“*big push*”); de Lewis (“*dual-sector model*”); de Chenery (“*two-gap model*”) refletem bem o ambiente da época e a crença na capacidade de que maiores estoques de capitais garantiriam o desenvolvimento dos países via aumento do produto⁴.

Na América Latina, essa corrente de pensamento sobre o desenvolvimento econômico se materializou nos escritos da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e do seu principal expoente, Raul Prebisch. Na visão pioneira desse autor, o subdesenvolvimento periférico dos países latino-americanos é fenômeno inédito na história econômica. Primeiramente, pelo caráter dissonante em que crescimento, progresso técnico e comércio internacional ocorriam nesses países. Enquanto nos países centrais tinham-se a capacidade de reter os louros do desenvolvimento - em parte pelas aguerridas políticas dos sindicatos em manter estáveis os preços nominais dos bens industriais - nos países periféricos essa aptidão era em muito reduzida pelas características destas economias, geralmente agrárias exportadoras, suscetíveis aos preços internacionais e com excesso de mão-de-obra agrícola.

A interação entre esses dois perfis de economias – uma industrial tecnológica e outra agrária exportadora – levaram os países periféricos a experimentarem crescentes deteriorações nos termos de trocas de seus bens. Essas deteriorações elevaram o nível de renda dos países do centro sem que houvesse contrapartida significativa aos países em

³ Meier, G. The Formative Period. In: (Org.) Meier, G; Seers, D. Pioneers in Development. Washington: Oxford, 1984. p. 20.

⁴ Meier, G. The Old Generation of Development Economists and the New. In: (Org) Meier, G.; Stiglitz, J. Frontiers of Development Economics: The Future in Perspective. New York: Oxford, 2001. p. 14.

desenvolvimento. Esse movimento, além de perpetuar os ganhos desiguais do desenvolvimento econômico, levava os países periféricos a uma relação de vulnerabilidade externa, dado os *gaps* cada vez maiores entre as produções destes países em relação aos países centrais. Para o autor, a saída seria um intenso processo de substituição de importações, que permitiria esses países desenvolverem sem os constrangimentos externos, e, por conseguinte, alcançar níveis ótimos de produtividade e alocação de recursos.

Neste primeiro passo, a produção cepalina incentivou os países latino-americanos a empreenderem grandes projetos de substituições de importações, dado o diagnóstico pessimista sobre a deterioração dos termos de troca entre os países. No Brasil, grandes projetos de industrialização inspirados nessas recomendações foram implementados ao longo deste período, como o Plano de Metas, no governo JK, ou do segundo PND, já no Regime Militar.

Passaram-se os anos, e os efeitos colaterais das estratégias de desenvolvimento indutivo ao redor do mundo começaram a despertar uma geração nova de economistas do desenvolvimento, denominada de segunda geração ou contrarrevolução neoclássica. Essa geração de economistas via na ação do Estado mais problemas do que virtudes, na medida em que as atuações no combate as falhas de mercado provocavam perversas e persistentes falhas de governo. Distorções nos preços relativos e nas atividades econômicas dos países, além da burocratização, inflação e intensificação dos conflitos sociais existentes são exemplos dos efeitos da ação contínua e prolongada do Estado. Timmer sintetiza bem o sentimento dessa geração, ao afirmar que *“getting price right does not guarantee economic development, but getting prices wrong frequently is the end of development”*. (TIMMER apud MEIER, 2001, p.18).

Ao invés de se guiar por grandes modelos agregados, comum à geração anterior de economistas do desenvolvimento, opta-se por micromodelos específicos para cada setor a serem estudados, com o objetivo de ser mais preciso e assertivo em suas proposições. Inúmeros desses estudos demonstraram que as alocações corretas dos fatores disponíveis são mais significativas do que os níveis de estoques dos mesmos ⁵. Também realçaram a importância da poupança para o processo de desenvolvimento, condenaram o uso

⁵ Ibid. p. 18.

indiscriminado de políticas protecionistas como dos habituais privilégios e de tantos outros comportamentos responsáveis por criar uma visão míope do desenvolvimento econômico.

Se, na primeira geração, o resíduo é explicado tão-somente como o coeficiente de progresso técnico, na segunda geração, novas variáveis foram acrescentadas. O resíduo passa a ser composto por efeitos de diferentes forças, que vão desde níveis educacionais, passando pelos graus de instruções e experiência da mão de obra até a exploração das economias de escala, melhores combinações dos insumos e fatores disponíveis nas economias ⁶.

Esse distanciamento foi o primeiro de muitos passos para um novo entendimento em desenvolvimento econômico. A perda de relevância do capital físico e do Estado como artífices do crescimento além da adição de novas variáveis explicativas e resgate de conceitos importantes, até então, negligenciados, demonstraram os novos rumos na qual tomaram o desenvolvimento econômico. Anne Krueger expõe a reviravolta pela qual passou essa disciplina:

Once it is recognized that individuals respond to incentives, and that "market failure" is the result of inappropriate incentives rather than of nonresponsiveness, the separateness of development economics as a field largely disappears. Instead, it becomes an applied field, in which the tools and insights of labor economics, agricultural economics, international economics, public finance and other fields are addressed to the special questions and policy issues that arise in the context of development. (KRUEGER 1986: 62 f apud MEIER, 2001, p.18)

A concentração da segunda geração de economistas do desenvolvimento econômico em variáveis até então ignoradas pela geração anterior mostram-nos caminhos para o desenvolvimento efetivo dos países. A disseminação do conhecimento, a promoção da inovação, o incentivo a competitividade como a busca contínua por instituições cada vez mais consistentes, constituem-se bases para se pensar esta questão.

⁶ Ibid. p. 18.

Reforçando essa tendência, Acemoğlu e Robbins expõem que os êxitos das economias dependem quase que exclusivamente de suas instituições e de como estas influenciam as vidas das pessoas ⁷. Instituições políticas e econômicas inclusivas incentivam as pessoas a fazerem o melhor uso de seus talentos e conhecimentos nas mais diversas áreas, sempre tendo como pilar a liberdade. Entende-se por instituições inclusivas aquelas que têm como premissas restrições quanto ao uso do arbítrio, que zelam pela distribuição ampla do poder político, pelo respeito aos direitos civis e humanos, se investem da transparência quanto ao uso dos recursos públicos e privados, alcançando o desenvolvimento pleno dessas sociedades.

Em contraste, instituições extrativas são desenhadas para extraírem rendas e riquezas de milhares de pessoas para beneficiar alguns indivíduos ou grupos. Essas instituições são calcadas no exercício contínuo do arbítrio como dos privilégios além da distribuição perversa dos recursos, que levam essas sociedades a níveis cada vez maiores de estagnação econômica e pobreza extrema.

Os desdobramentos da história recente do desenvolvimento econômico refletem diretamente nas escolhas das políticas econômicas implementadas no Brasil. No próximo tópico, trabalharemos essas escolhas, e de modo simplório, descreveremos seus resultados.

1.2 Práticas Extrativas, Plano Real e o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico Brasileiro

Um traço característico da história econômica e política brasileira é a predominância do Estado sobre a sociedade, donde o arbítrio sempre foi regra e uso dos governantes como de seus principais beneficiários ⁸. Um dos episódios mais esclarecedores dessa predominância se tem nas práticas econômicas do período ISI (*Import Substitution Industrialization*). Políticas cambiais, fiscais, tarifárias e monetárias foram utilizadas visando alcançar internalização da produção como altos crescimentos do PIB.

⁷Acemoğlu, D. Robinson, J. A. The making of prosperity and poverty. In: Acemoğlu, D. Robinson, J. A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty* - 1st Ed. New York: Crown Publishers, 2012. p. 88-101.

⁸ Villa, M. A História das Constituições Brasileiras, São Paulo: Leya, 2011, 160 p.

Mas o detalhe é que essas políticas eram demasiadamente extrativas. Em especial, sublinha-se o ativismo cambial pró autarquia, que ao contrário do exposto, nada tinha de democrático. Sempre foi, e continuará sendo uma prática de instituições econômicas extrativas, pelo simples fato que políticas cambiais orientadas para constantes desvalorizações são fontes espúrias de distribuição de renda ⁹. A transferência de renda se dá pela perda do poder aquisitivo dos salários, que diminui o poder de compra da população em relação aos bens importados como na competitividade desses bens no mercado interno. Se por um lado isso afeta a gama de produtos com preços competitivos disponíveis a população, pelo outro constitui um desincentivo aos empresários investirem na melhora contínua de suas produções, dado a perpetuidade do mercado doméstico aos seus dispores.

Ao discorrer sobre o antigo modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado no processo de substituição de importações e na ação intensiva do Estado sobre a economia, Franco relaciona as políticas industriais, comerciais e fiscais deste período com a acentuação da ineficiência, queda da taxa de produtividade média da economia, perda de competitividade dos bens nacionais frente aos similares no mercado internacional como a escalada dos níveis de preços dos anos 1970 até 1994 ¹⁰. A utilização dessas medidas aliadas a uma agenda política militar-nacionalista, focada na autossuficiência produtiva, delegou-se ao país uma herança nada republicana, marcada pela concentração de renda, *lobby*, burocratização, repressão financeira, hiperinflação, desigualdade social, violência urbana e estagnação social.

O desmonte dessas práticas extrativas se inicia com o estabelecimento da nova república brasileira, em 1985, que confere representatividade a sociedade brasileira e o direito livre e irrestrito do contraditório. A constituição de 1988 perpetua esse movimento ao lançar as bases para o Novo Modelo de Desenvolvimento Brasileiro, focado na capacidade de se alcançar desenvolvimento com igualdade. Entende-se igualdade, a faculdade de promoverem condições mínimas para as pessoas desenvolverem seus talentos e conhecimentos, o acesso a serviços públicos de qualidade, a erradicação da pobreza

⁹ Franco, G. A Inserção Externa e o Desenvolvimento. In: Franco, G. O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. São Paulo: Ed.34, 1999. p.52.

¹⁰ Ibid., p. 68.

extrema, instituições transparentes como o fim dos privilégios recorrentes de uma sociedade patriarcal e patrimonialista.

Em continuidade a esse movimento, a Abertura Comercial de 1990 representou a ruptura da economia brasileira em relação ao estado de autarquia que até então imperava. A maioria das barreiras não tarifárias herdadas do período de Substituição de Importações foram extintas e um compromisso com a redução gradual das barreiras tarifárias foi estabelecido. De acordo com André Averbug, a liberalização comercial ampla dos anos 90 “quebrou uma estrutura tarifária caracterizada pela vigência de dispersão, média e modal elevadas; pela incidência de redundância em toda a cadeia produtiva, decorrente da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não tarifárias; e por uma expressiva estabilidade das alíquotas”¹¹. A principal lição desse momento está no reconhecimento sobre a importância do comércio internacional para a economia brasileira e a capacidade que a integração mundial tem em oferecer oportunidades para os países nela envolvidos.

Mas a economia brasileira ainda enfrentava um dos efeitos mais perversos e duradouros dos anos dourados do desenvolvimento autárquico: A inflação. Foram necessários onze planos de estabilização fracassados – desde 1979 – para se alcançar a tão almejada estabilidade de preços¹². O responsável por esta façanha foi o Plano Real. Ele descontinuou a tendência brasileira de aplicar políticas econômicas equivocadas, iniciando-se pela ruptura de um sistema que punia os cidadãos mais pobres desta sociedade como também fortalecendo o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, concebido a partir da instituição da nova república brasileira.

Ao contrário dos outros planos, os formuladores, desde início, procuraram adquirir credibilidade, “fazendo apenas o que fosse anunciado e anunciar apenas o que seria

¹¹ Averbug, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 1990 (1999, p. 46). In: (Org.) Giambiagi, F.; Moreira, M. A economia Brasileira nos anos 90. 1. Ed. - Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p.46.

¹² São os seguintes planos: (i) Plano Delfim I (1979); (ii) Plano Delfim II (1981); (iii) Plano Delfim III (1983); (iv) Plano Dornelles (1985); (v) Plano Cruzado (1986); (vi) Plano Bresser (1987); (vii) Plano Verão (1987); (viii) Plano Arroz com Feijão (1988); (ix) Plano Collor I (1990); (x) Plano Collor II (1991); (xi) Plano Marcílio (1991).

Para maiores informações, consultar: Bresser-Pereira, L. C. O décimo primeiro plano de estabilização. In: (Org.) Velloso, J. P. R. Combate à Inflação e Reforma Fiscal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 132-150.

Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/88.decimoprimeiroplanomarcilio.pdf> >

feito”¹³ e sem os malabarismos próprios de uma cultura econômica nacional, donde se pregava a diferença entre a ciência econômica praticada no Brasil e a do resto do mundo. Mas ao contrário que os mensageiros pessimistas proeminentes em tempos passados alardeavam ¹⁴, o Plano Real foi bem sucedido em seus propósitos, saindo de um acumulado de 2.477,15% a.a. em 1993 para níveis de 1,6 % a.a. em 1998, a menor taxa de inflação comprovada da história da economia brasileira. (ver gráfico I).

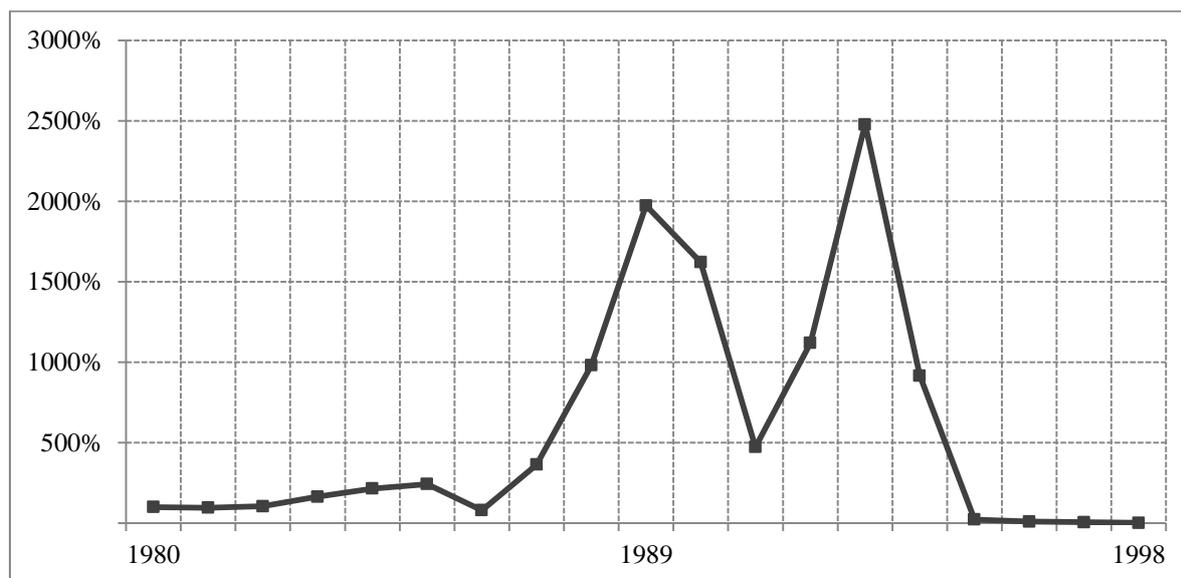


Gráfico I: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA (1980-1998)

Fontes: IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística).

Bacha divide o Plano Real em três grandes etapas ¹⁵. A primeira fase se inicia com a implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), em dezembro de 1993. Este plano visava equilibrar as contas governamentais perante o possível déficit das contas públicas no período pós-reforma monetária, demonstrando “a capacidade do governo federal de executar as despesas orçadas sem precisar das receitas geradas pela inflação” ¹⁶.

¹³ Bacha, E. O Plano Real: Uma Avaliação. In: Mercadante, A. (Org.). O Brasil Pós-Real: a Política Econômica em Debate. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998. p. 17.

¹⁴ Inúmeros economistas se voltaram contra o Plano Real, que vão desde quilate de Maria da Conceição Tavares, Delfim Neto até figuras partidárias relevantes na atualidade como o atual Ministro da Casa Civil Aluizio Mercadante, o Ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega dentre outros.

¹⁵ Bacha, E. O Plano Real: Uma Avaliação. In: Mercadante, A. (Org.). O Brasil Pós-Real: a Política Econômica em Debate. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998, p. 18-21.

¹⁶ Ibid., p. 19.

O segundo passo foi a reconstrução da moeda nacional, primeiramente estabelecendo uma unidade de conta estável, atrelado ao dólar, denominada de URV (Unidade Real de Valor). A finalidade desta etapa era alinhar os preços relativos mais importantes da economia,

Uma vez que a existência de contratos indexados com datas de reajuste diferentes implicava uma grande dispersão desses preços a qualquer momento do tempo, com alguns deles terem sido reajustados recentemente e outros apresentando grandes defasagens. Em tais circunstâncias, uma súbita interrupção do processo inflacionário surpreenderia alguns preços em seu valor de pico e outros no vale. Tais desalinhamentos de preços tenderiam a impor pressões inflacionárias adicionais, na medida em que as cláusulas previas de reajuste continuariam a forçar para cima os preços defasados. Esse mecanismo de indexação não sincronizado fornecia o chamado componente inercial da inflação brasileira. (BACHA, 1998, p. 20-21)

A terceira etapa teve início em julho de 1994, com a emissão da URV como a nova moeda do Brasil, renomeada de Real. Foi estabelecido a paridade cambial entre a nova moeda e o dólar, no teto máximo de R\$1,00 /US\$ 1.00, assim comprometendo o Banco Central sempre intervir quando esta taxa fosse violada.

O Plano Real mostrou de maneira contundente o novo padrão erigido a partir da redemocratização do país. Ao invés de políticas econômicas absolutistas, há o entendimento que mudanças não vêm sem o compromisso do Estado com respeito às escolhas da sociedade como também da consolidação de instituições inclusivas. A construção dos fundamentos para o estabelecimento de instituições políticas e econômicas cada vez mais inclusivas se fortalece com a intensificação do programa de privatizações como a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, em 2000, que confere racionalidade a gestão financeira dos entes públicos.

O *start* dos programas de privatizações se dá ainda no governo Collor, com o estabelecimento do Plano Nacional de Desestatização – Lei nº 8031, de 1990¹⁷. Os objetivos deste programa são a reorientação da função estratégica do Estado na economia,

¹⁷ BRASIL. Lei nº 8031, de 12 abril de 1990.

passando de Estado-empresário para Estado-gerente. Encaixa-se neste escopo a retomada dos investimentos privados, como fonte de competitividade e eficiência; o fortalecimento do mercado de capitais, que irá garantir fontes mais adequadas de financiamentos para as empresas como a reestruturação da dívida pública interna além da priorização da administração pública em atividades que lhe são atribuídas via Constituição de 1988. No governo Collor foram privatizadas dezoito empresas das sessenta e oito elegíveis, em razão das circunstâncias catastróficas que envolveram este governo. Na administração de Itamar Franco destacam-se as vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aço Minas Gerais, Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) como da Embraer.

No período FHC (1995-2002) inicia-se a fase mais agressiva do programa de privatizações, com a concessão de uma gama de serviços públicos a iniciativa privada. São envolvidas empresas dos setores elétricos, transportes e de telecomunicações além de outras proeminentes, como a Companhia Vale do Rio Doce. Franco elenca as razões dos sucessos do Plano Nacional de Desestatizações: (i) As vendas dessas empresas produziram efeitos positivos nas finanças públicas, dado que, em média, não geravam lucros e muito menos pagavam impostos além de originar obrigações ao seu controlador, como a exigência de aportes financeiros, absorção de passivos trabalhistas e previdenciários; (ii) O estabelecimento de compromissos explícitos dessas empresas no tocante a investimentos e atendimento ao público, mesmo que em detrimento da rentabilidade da companhia; (iii) A geração de competição entre os prestadores de serviços, notadamente na telefonia e eletricidade; (iv) A instituição de agências reguladoras com a finalidade de regular e fiscalizar as atividades recém privatizadas, tendo como premissas manter a boa qualidade dos serviços a serem prestados ¹⁸.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em plano nacional, parâmetros a serem adotados relativos à gestão das receitas e gastos, endividamentos e patrimônios dos entes federativos ¹⁹. Todas as esferas de governo como os poderes Legislativo e Judiciário ficam obrigados, mediante a lei, a respeitar limites de gastos com pessoal, periodicidade de gastos como o atrelamento de toda nova despesa a sua respectiva fonte de financiamento. Vale citar o crescente

¹⁸ Franco, G. Privatização: as novas fronteiras?, “*O Estado de São Paulo*”, São Paulo, 29 ago. 1999. Disponível em: < <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a26.htm> >. Acesso em: set. 2014.

¹⁹ Khair, A. Lei de Responsabilidade Fiscal : Guia de Orientação para as Prefeituras. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2000. 144 p.

compromisso com a transparência na gestão pública, com a publicação contínua de relatórios e demonstrativos de execução orçamentária. Destaca-se que as restrições orçamentárias previstas nesta lei visam preservar a situação fiscal das entidades públicas além de consolidar o processo orçamentário como peça de planejamento, totalmente condizente com o processo de fortalecimento das instituições brasileiras.

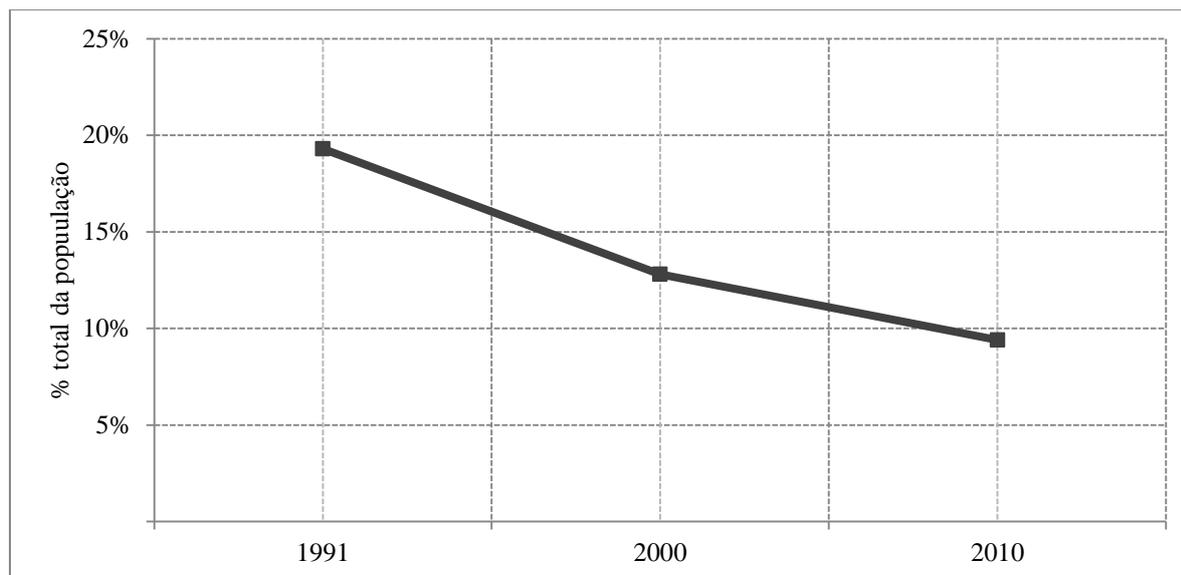


Gráfico II: Taxa de Analfabetismo (Total da população), 1991-2010

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As diretrizes da constituição de 1988 foram claras quanto ao papel do Estado como provedor de uma série de serviços à sociedade. Nos anos 1990, as prioridades se concentraram principalmente na universalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e da educação de nível fundamental e médio.

Concernente a Educação, destacamos a promulgação da edição mais recente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Esse documento define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição de 1988 ²⁰. Há o compromisso do Estado com a educação básica e fundamental pelo seu caráter transformador, seja pela capacidade de contribuição para a prospecção de melhores níveis de produtividade e salários como pelo seu aspecto social,

²⁰ Corbucci, P. et al. Vinte Anos da Constituição Federal de 1988: Avanços e Desafios na Educação Brasileira. In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte anos da Constituição Federal, v. 2. Brasília, 2009, p. 17-85.

retirando crianças e adolescentes de ambientes adversos quanto à promoção da cidadania entre a população brasileira.

A efetividade das políticas públicas referentes à educação pode ser exemplificada, neste primeiro esforço, pelo recuo no índice de analfabetismo da população brasileira. No censo de 1991, cerca de 20% da população residente no país não sabia ler ou escrever. Já em 2010, os dados apresentados pelo censo indicam uma taxa de analfabetismo ligeiramente inferior a 10%. Não se trata de um resultado ideal – muito longe disso – mas denota o compromisso do Estado com a erradicação de condições degradantes pela qual vivem muitos brasileiros. (ver gráfico II).

Outro dado interessante sobre a educação no Brasil é a propensão do brasileiro permanecer mais tempo dentro da sala aula. Segundo dados da PNAD, no período entre 1995-2008, a média de anos de estudo da população cresceu mais 38%, saltando de 5,2 anos, em 1995 para mais de 7 anos no ano de 2008 (ver gráfico III). O interesse cada vez maior do cidadão em adquirir conhecimento demonstra a necessidade de o Estado avançar de maneira contundente na promoção do ensino, seja ele na primeira infância, básico ou superior. Na primeira década do século XXI, a disponibilidade de novas modalidades de ensino tomará conta da agenda governamental nesta área.

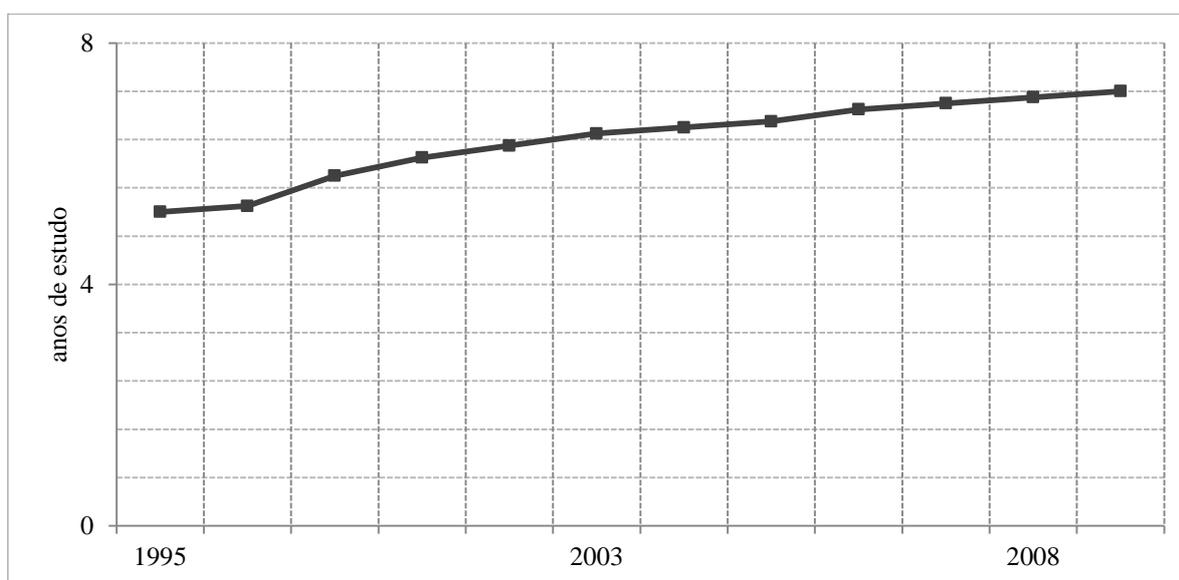


Gráfico III: Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais (Brasil: Total)

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Relativo à Saúde, a instituição do SUS (Sistema Único de Saúde) em 1988 e sua consolidação ao longo da década de 1990 proporcionaram a sociedade brasileira uma melhora significativa dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado. Iniciativas como o Programa Saúde da Família, o Programa Nacional de Imunização, ampliação do acesso a transplantes além do reconhecido e premiado programa de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) corroboram para a evolução significativa dos serviços ofertados a população, melhorando seus níveis de vida ²¹.

Um exemplo síntese da importância do Sistema Único de Saúde para a população brasileira foi a queda do nível de mortalidade infantil ao longo dos últimos vinte anos. (ver gráfico IV). Apesar de estar em um patamar elevado quando se comparado aos países desenvolvidos, a diminuição expressiva deste índice mostra a efetividade da ação do Estado quanto ao combate de fenômenos crônicos da sociedade brasileira, como a pobreza extrema, evasão escolar, desnutrição, dentre outros.

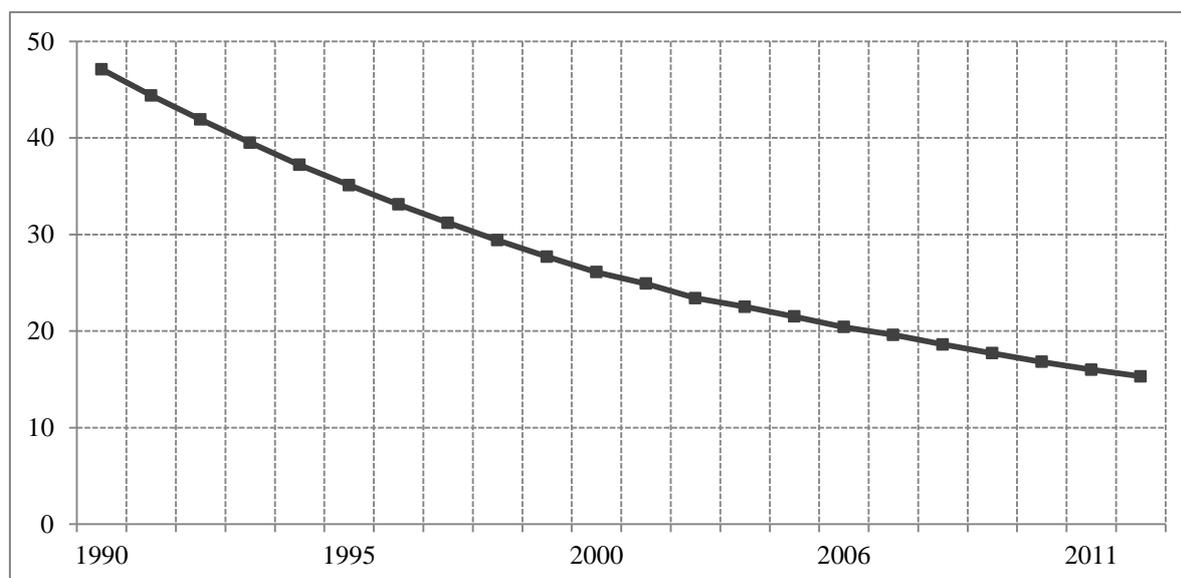


Gráfico IV: Taxa de mortalidade infantil (Número de óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos)

Fontes: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC e MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

²¹ Delgado, G.; Jaccoud, L.; Nogueira, R.. Seguridade Social: Redefinindo o Alcance da Cidadania. In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte anos da Constituição Federal, v. 1. Brasília, 2009. p. 98.

Com a alternância de poder, em 2003, o Brasil dá novos passos rumo a instituições inclusivas mais robustas. A então manutenção das políticas econômicas convencionais e um aprofundamento das políticas sociais fortaleceram o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Coube ao Estado a manutenção das boas práticas em políticas macroeconômicas, com respeito à política monetária, fiscal e cambial, além da ação mais incisiva rumo a garantir a assistência mínima a população, de modo que essas pessoas adentrassem ao círculo virtuoso do mercado. Iniciativas como a expansão dos programas Bolsa Família e FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) além da criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) vão de encontro às prioridades expostas no Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico.

A unificação dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação deu origem a um dos programas sociais mais bem sucedidos da década de 2000: O Bolsa Família. Esse programa de segurança econômica garante a famílias de baixa renda um valor mensal - que varia conforme o número de filhos, renda per capita e outras especificidades – complementando o orçamento familiar de milhares de famílias. Segundo Jaccoud, Hadjab e Chaibub, “a inovação do PBF se deve ao reconhecimento da relevância e da legitimidade de garantir aporte de renda a todos aqueles que estejam abaixo de um patamar de renda considerado mínimo, independentemente de, exercer ou não uma atividade remunerada, de ter ou não filhos e habitar área urbana ou rural”²². No ano de 2014, o número de famílias atendidas pelo programa superava a casa de quatorze milhões, sendo um dos responsáveis pela redução expressiva da pobreza extrema no Brasil.

²² Jaccoud, L.; Hadjab, P.; Chaibub, J. Assistência Social e Segurança Alimentar: Entre Novas Trajetórias, Velhas Agendas e Recentes Desafios (1988-2008). In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte anos da Constituição federal, v. 1. Brasília, 2009. p. 218.

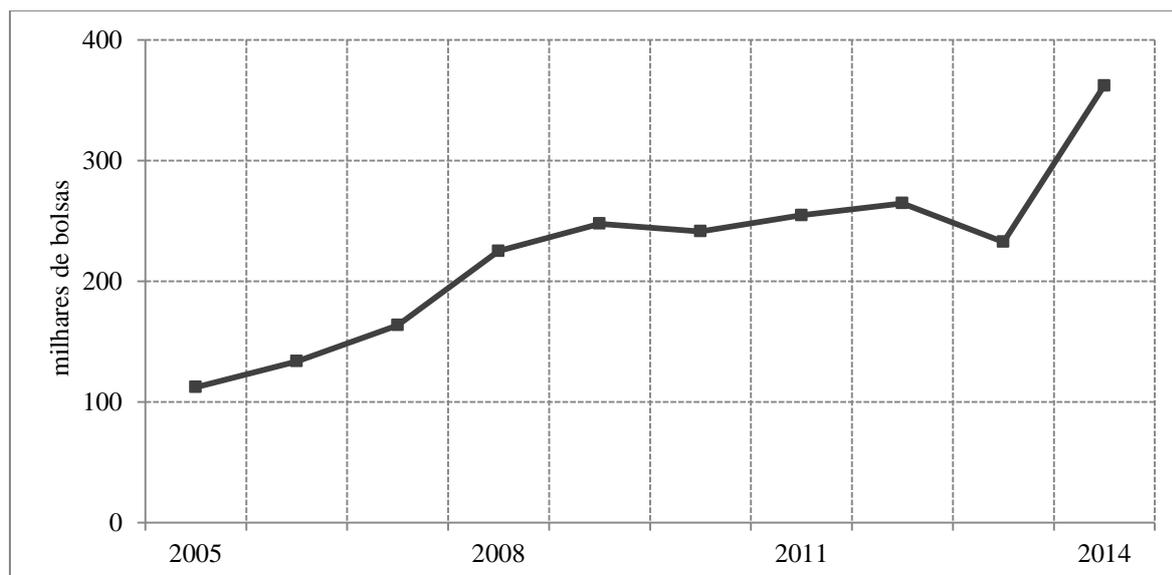


Gráfico V: Número de bolsas de estudos concedidas pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos), 2005-2014

Fonte: Ministério da Educação.

Como enunciado, na agenda educacional dos anos 2000, o ensino superior ocupou parte predominante. No rol de políticas voltadas para essa área, o PROUNI (Programa Universidade para Todos) foi o primeiro de muitas políticas voltadas para o ensino superior. Destinado a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais nas instituições de ensino superior privadas ou sem fins lucrativos, esse programa proporcionou que milhares de estudantes continuassem seus estudos e adquirissem qualificação profissional para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Tendo como base o gráfico V, no ano de 2014, foram concedidas mais de trezentos e cinco mil bolsas de estudos, sendo uma das principais portas de entrada ao ensino superior no país.

Em linhas gerais, o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico nos anos 2000 avançou na concessão de serviços à população. Destaca-se a consolidação do Sistema Único de Saúde, que segundo estatísticas oficiais, têm sob sua responsabilidade 75 % dos atendimentos médicos realizados no país ²³. Quanto à educação, a universalização dos ensinos básico, médio e superior consumiu quase a totalidade dos esforços nesta área e a na construção de redes de garantia de renda, o Programa Bolsa Família foi a pedra fundamental, responsável pelo sucesso das ações governamentais neste círculo.

²³ Delgado, G.; Jaccoud, L.; Nogueira, R. P. Seguridade Social: Redefinindo o Alcance da Cidadania. In: IPEA (Org.) Políticas sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte anos da Constituição Federal, v. 1. Brasília, 2009. p. 35.

2. MODELO HETERODOXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: NEO-ESTRUTURALISMO, NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA

O Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, desenhado a partir da redemocratização brasileira de 1985, fundamentado sobre a estabilidade econômica e ação social do Estado via orçamento perdurou intacto até meados de 2008. A partir deste ano, com o advento da crise financeira mundial, vários governos – inclusive o brasileiro – executaram políticas anticíclicas com o intuito de proteger as economias domésticas dos choques adversos daquela que foi considerada a pior crise econômica desde anos 1930.

Nesse tempo ganhou força propostas de substituição do atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro por alternativas mais heterodoxas, baseadas na atuação do Estado para a promoção do crescimento do país. Estas propostas são originárias basicamente da reorientação das ideias da CEPAL nos 1990. Destaquem-se as contribuições de Fernando Fayznlber, precursor do modelo de transformação produtiva com equidade como do novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira. Apesar de ser criticada por autores da linha estruturalista, a Nova Matriz Macroeconômica é considerada por muitos ²⁴ como a implementação das ideias heterodoxas na economia brasileira pós-crise mundial.

Desenvolveremos neste capítulo, uma rápida síntese das ideias neo-estruturalistas e novo-desenvolvimentistas como também fazer um balanço da estratégia de desenvolvimento heterodoxa pós-2008, chamada de Nova Matriz Macroeconomia.

2.1 Neo-Estruturalismo: Proposta Cepalina para o desenvolvimento numa era globalizada

Após os anos 1980, donde a produção cepalina se concentrou em questões relacionadas ao curto prazo dos países da América Latina, a década seguinte representou a

²⁴ Pessôa, S. Duas agendas na política econômica. Folha de São de Paulo, São Paulo, 21 set. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/09/1519388-duas-agendas-na-politicaeconomica.shtml> > Acesso: nov. 2014

volta da CEPAL ao tema central das suas reflexões desde sua criação: O desenvolvimento de longo prazo.

O grande personagem desta retomada, Fernando Fajnzylber, estabeleceu as bases para essa nova fase da teoria cepalina. Mantém-se a tradição cepalina quanto à importância do progresso técnico como artífice do desenvolvimento quanto do método de análise histórico-estruturalista, mas abrem-se espaços para novas estratégias de crescimento. Há o reconhecimento sobre as insuficiências do modelo ISI quanto a capacidade de promover o progresso técnico nas economias como de acidentalmente incentivar práticas rentistas das classes empresariais locais ²⁵.

A proposta original, chamada “Transformação Produtiva com Equidade” defende uma nova estratégia de desenvolvimento, adaptada aos novos tempos de abertura e de globalização ²⁶. Admite-se que no passado existiu complacência com a inflação, proteção excessiva, distorções alocativas, negligência quanto à educação, dentre outras falhas. O objetivo desse novo modelo deve ser a conquista da competitividade internacional autêntica, baseada na incorporação deliberada e sistêmica do progresso técnico produtivo. Procura-se fugir do pensamento que a competitividade advém de distorções distributivas, mas ao mesmo tempo, reconhece a dificuldade de se pôr em práticas tais medidas, dado que em alguns contextos, há interesses concorrentes entre a promoção social e competitividade.

A Abertura Comercial deve ser percebida como uma alavanca para a promoção do progresso técnico além de um interessante incentivo a competitividade. No documento de 1990, a CEPAL defende uma política comercial de baixa proteção, com pouca dispersão e ausência de restrições quantitativas. Para os setores dotados de progresso técnico potencial, propõe uma proteção temporária, a fim de prepará-los para a competição internacional ²⁷. Ao invés da neutralidade cambial defendida pelos economistas neoclássicos, há um compromisso com a taxa de câmbio competitiva, de modo a incentivar a produção

²⁵ Bielschowsky, R. Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal – Uma Resenha. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 61.

²⁶ CEPAL. Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.887-910.

²⁷ Ibid., p.888-905.

industrial sujeita a competição externa. Câmbio competitivo não deve ser entendido como uma forma espúria de gerar competitividade, pelo fato que este é direcionado a incorporação deliberada e sistêmica do progresso técnico, e não na depreciação dos salários reais da classe trabalhadora.

Nessa redefinição, a educação assume papel fundamental para o desenvolvimento dos países ²⁸. Diante de um quadro de profundas mudanças na organização do Estado como das empresas é necessário um sistema educacional que incentive a cidadania moderna, vinculada à democracia e igualdade quanto à competitividade internacional, que necessita de quadros mais qualificados, promotores e incentivadores do progresso técnico. Essa estratégia deve focalizar em três direções. Primariamente, comprometendo-se com a universalização do ensino e tratando essa demanda como de suma importância para o alcance do desenvolvimento. Segundo, o conteúdo deve estar alinhado com os interesses difusos na sociedade, capacitando à mão de obra assim como promovendo a ciência e tecnologia. Terceiro, é necessário romper o isolacionismo existentes entre as instituições de ensino latino-americanas, a fim de acelerar a geração e transmissão de conhecimento, relacionado diretamente com o progresso tecnológico.

Outro ponto salientado por essa corrente é a preocupação com as relações entre os países de renda média com o mercado financeiro. Sublinha-se o efeito perverso das entradas de capitais não acompanhadas de elevação correspondente no investimento produtivo e da competitividade para esses países exportarem. Há uma crítica veemente quanto ao uso excessivo de recursos externos para políticas de estabilização de preços, que leva a valorizações cambiais, prejudiciais ao equilíbrio das contas externas como a competitividade dos setores exportadores.

Quanto à integração, defende um movimento de aproximação entre os países latino-americanos ²⁹. Em consonância com a abertura comercial, a integração deve valer-se dos benefícios que àquela produz, como o aproveitamento das economias de escala, redução das rendas improdutivas derivadas da falta de competição e dos custos de

²⁸ CEPAL / UNESCO. Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 913-919.

²⁹ CEPAL. O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 937-958.

transação como indiretamente incentivar a poupança, investimento e crescimento da produtividade dos fatores de produção. Outro aspecto ressaltado a respeito da integração dos países sul-americanos e caribenhos são os incentivos a incorporação do progresso técnico e da articulação produtiva. Crescimento expressivo das atividades inovadoras, redução das barreiras comerciais, padronização de normas e regulações como redução dos custos das atividades de ciência e tecnologia estão no rol de ganhos da integração entre os países. Mas não se deve confundir a integração entre os países latino-americanos – denominada regionalismo aberto – com a abertura livre e irrestrita das exportações, pois o regionalismo aberto inclui “um ingrediente preferencial, refletido nos acordos de integração e reforçado pela proximidade geográfica e pela cultural dos países da região”³⁰. Dita essa afirmação temos dois componentes interessantes dessa integração: primeiro exposto no esforço de geração de competitividade aos países, em concordância com os novos ventos, e, em segundo plano, a integração como um mecanismo de diversificação dos riscos, numa economia internacional carregada de incertezas.

2.2 Novo-Desenvolvimentismo: Atualização e adequação da Teoria Estruturalista aos novos tempos

Como estratégia de desenvolvimento econômico indutivo, Bresser-Pereira apresenta o Novo-Desenvolvimentismo frente ao atual modelo ortodoxo vigente. Nas mesmas linhas que o Neo-Estruturalismo, propõe-se a reformulação da teoria desenvolvimentista aos tempos atuais.

De acordo com o autor supracitado, o “Novo-Desenvolvimentismo é a estratégia nacional de desenvolvimento apropriado para nosso tempo e a macroeconomia do desenvolvimentismo o resultado do esforço em adicionar ao estruturalismo uma abordagem mais sistemática da macroeconomia do desenvolvimento”³¹. Em concordância com Furtado, há o entendimento que o subdesenvolvimento não deve ser encarado como um estágio atrasado do desenvolvimento, mas sim um resultado da subordinação dos

³⁰ Ibid., p.945.

³¹ Bresser-Pereira, L. C. Gala, P. O Novo Desenvolvimentismo e Apontamentos para uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. In: (Org.) Oreiro, J. L. Macroeconomia do Desenvolvimento – Ensaio sobre Restrição Externa, Financiamento e Política Macroeconômica.. Recife: Editora da UFPE, 2012. p.25-58.

países da Periferia aos Estados Centrais ³². Outro ponto mantido é a tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade do trabalho, devido à oferta ilimitada da mão-de-obra. Isso justifica em parte a insuficiência estrutural da demanda ou de oportunidades de investimentos lucrativos para as empresas.

Como uma reinterpretação das ideias desenvolvimentistas, o autor conserva as linhas mestres do antigo desenvolvimentismo, porém, adiciona cinco teses – junto com as que permaneceram do antigo modelo desenvolvimentista – que vão orientar o novo-desenvolvimentismo. São elas: (i) Adoção da taxa de câmbio competitiva; (ii) Tendência estrutural a sobrevalorização da taxa de câmbio; (iii) Diagnóstico da Doença Holandesa; (iv) Repulsa ao modelo de crescimento com poupança e (v) Responsabilidade Fiscal.

Neste modelo, ao lado do diagnóstico da doença holandesa – que será explicado nos próximos parágrafos – a taxa de câmbio é fundamental para o desenvolvimento econômico. O autor defende a taxa de câmbio severamente depreciada, tornando os bens domésticos extremamente competitivos – vale ressaltar que são voltadas as empresas competitivas – como impulsiona os investimentos orientados para a produção de bens exportáveis e a poupança interna.

A centralidade da taxa de câmbio também se deve a tendência à sobrevalorização cíclica desta variável nos países em desenvolvimento. Segundo Bresser-Pereira, diferentemente das interpretações dos economistas *mainstream*, a taxa de câmbio varia conforme as crises do Balanço de Pagamentos. Nestas crises há depreciações violentas da moeda doméstica, seguidas de apreciações abruptas. Essas apreciações se devem a dois fatores estruturais: (i) A doença holandesa que leva a taxa depreciada ao seu nível corrente e (ii) Os fluxos de capitais que tratam de apreciar além do seu nível corrente.

Esses fatores estruturais aliados a políticas equivocadas levarão a taxa de câmbio a se apreciar dia após dia até que uma crise no Balanço de Pagamentos interrompa esse movimento, começando novamente o ciclo. No rol de políticas equivocadas, o autor classifica as políticas de crescimento com poupança externa, âncora cambial e metas de inflação – todas presentes no novo modelo de desenvolvimento econômico.

³² Furtado, C. Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 241-262.

Como citado anteriormente, o diagnóstico da doença holandesa é central ao novo-desenvolvimentismo. Na visão do autor, as políticas protecionistas do período de substituição de importações neutralizaram a ameaça da doença holandesa, ao implicitamente instituir um imposto sobre as exportações de commodities. A ocorrência deste fenômeno se deve a uma falha de mercado que sobreaprecia de forma permanente a taxa de câmbio. É causada por rendas ricardianas que os países obtêm ao explorar recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente mais apreciada que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial ³³, tornando não competitivos os setores de maior complexidade/valor agregado. No limite, essa situação leva os países à desindustrialização completa.

No caso brasileiro, como para todos os grandes *players* dos mercados de commodities, defende-se a imposição de um imposto sobre as exportações desses bens, de modo que leve a taxa de câmbio ao nível de equilíbrio industrial. O montante deste imposto seria revertido ao um fundo soberano, de forma a não contaminar a taxa de câmbio com as entradas desses recursos no mercado interno.

Nos anos 1990 tornou-se consenso a necessidade de poupanças externas para alimentar os processos de crescimento dos países de renda média. Mas para os teóricos novo-desenvolvimentistas, um modelo de crescimento baseado em poupanças externas levará a apreciação sistemática da taxa de câmbio como a substituição da poupança interna pelo seu equivalente externo. O primeiro se deve a entrada de grandes fluxos de moeda estrangeira, que apreciará a moeda doméstica, prejudicando a competitividade dos bens exportáveis. Já o segundo movimento se deve a premissa falha que países em desenvolvimento necessitam de poupança externa complementar para se desenvolverem. Mas a realidade mostra que ao invés de complementar, estas estão substituindo os coeficientes de poupança interna, tornando os países vulneráveis e suscetíveis aos humores externos.

Ao contrário da visão consolidada – equivocada – no meio acadêmico quanto à complacência dos heterodoxos ao déficit público, há o compromisso quanto ao combate deste. Dessa maneira, havendo o entendimento que a ocorrência de sucessivos

³³ Bresser-Pereira, L. C.; Gala, P. O Novo Desenvolvimentismo e Apontamentos para uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. In: (Org.) Oreiro, J. L. Macroeconomia do Desenvolvimento – Ensaios sobre Restrição Externa, Financiamento e Política Macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, 2010, p. 33-35.

desequilíbrios nas contas públicas enfraquece o Estado, sendo uma das causas fundamentais da inflação, deve ser evitado, exceto em momentos de recessão. Um Estado solvente é sinônimo de estabilidade e interrompe a necessidade de fluxos externos para equilibrar o setor público.

2.3 Modelo Heterodoxo de Desenvolvimento Econômico: Nova Matriz Macroeconômica e aprofundamento das políticas sociais

Com o advento da crise financeira mundial de 2008, o governo Lula executou uma série de medidas anticíclicas, cujo objetivo era proteger a economia brasileira de choques adversos e manter a trajetória de crescimento a qual vinha tendo o País. A entrada dessas medidas fez o país experimentar novas rodadas de soluções heterodoxas, que vão desemborcar na Nova Matriz Macroeconômica³⁴.

Iniciada formalmente em 2012, sua origem remonta dos esforços para conter os efeitos da crise financeira. Tendo como premissas a adoção de juros baixos, taxa de câmbio competitiva além de uma política fiscal amigável ao investimento público, representou a volta do pensamento desenvolvimentista à direção do desenvolvimento do País.

No período 2011-2013 a taxa Selic saiu de um acumulado de 12,5% a.a. para 7,25% a.a., em uma estratégia para promover os investimentos produtivos (ver gráfico VI). No período, o crédito público subsidiado do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) cresceu de modo substancial, beneficiando principalmente as grandes empresas. O crédito direcionado aos outros bancos públicos facilitou o financiamento da demanda aquecida pelos sucessivos programas governamentais.

Segundo dados do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social expostos no gráfico VII, entre os anos de 2008 e 2014, as grandes empresas eram destino de cerca de 55 % do crédito oferecido por essa instituição bancária, ressaltando o foco da referida política econômica aos grandes projetos nas áreas de infraestrutura, indústria e bens de capital.

³⁴ Pessôa, S. Ideologia ou economia política. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 out. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/10/1527427-ideologia-ou-economiapolitica.shtml> >. Acesso: Nov. 2014

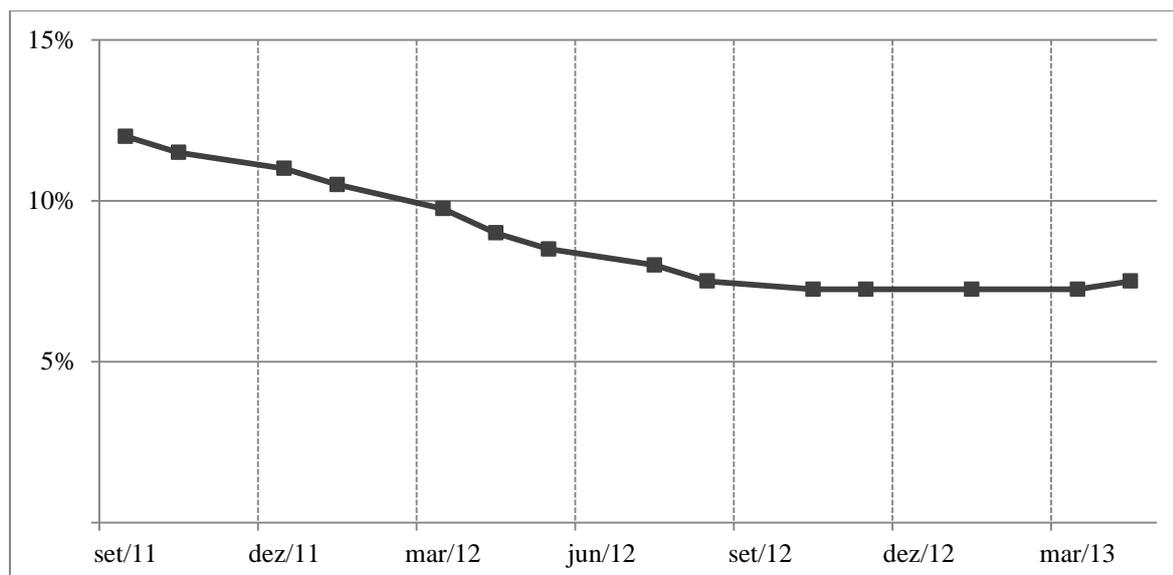


Gráfico VI: Taxa de juros SELIC (%a.a.), setembro 2011- abril 2013

Fonte: BCB (Banco Central do Brasil).

Com o intuito de fortalecer as exportações de produtos manufaturados, o governo atuou em prol de uma taxa de câmbio competitiva. Há um entendimento dentro da corrente heterodoxa (predominante no governo de centro-esquerda) sobre a importância desta variável para a promoção do investimento produtivo e o emprego. Nos escritos da CEPAL e de seus desdobramentos, essa medida era uma reivindicação antiga, e se implementada da maneira correta, significaria resgatar uma parcela da competitividade perdida em episódios anteriores envolvendo a taxa de câmbio.

A política fiscal desenhada por esse modelo atua de forma a facilitar o investimento público e em menor escala o privado. Neste período uma série de medidas foram tomadas neste sentido, destacando-se o progressivo programa de desonerações da folha de pagamento de inúmeros setores da economia e de uma série de bens ³⁵, os incentivos proporcionados pela manutenção das alíquotas baixas do IPI, além do afrouxamento das metas de superávit primário, dos crescentes aportes aos bancos públicos e do artifício da contabilidade criativa.

³⁵ Pessoa, S. Ascensão e Queda da Nova Matriz Macroeconômica. [Editorial] Conjuntura Econômica, p. 10-11, Nov. 2013.

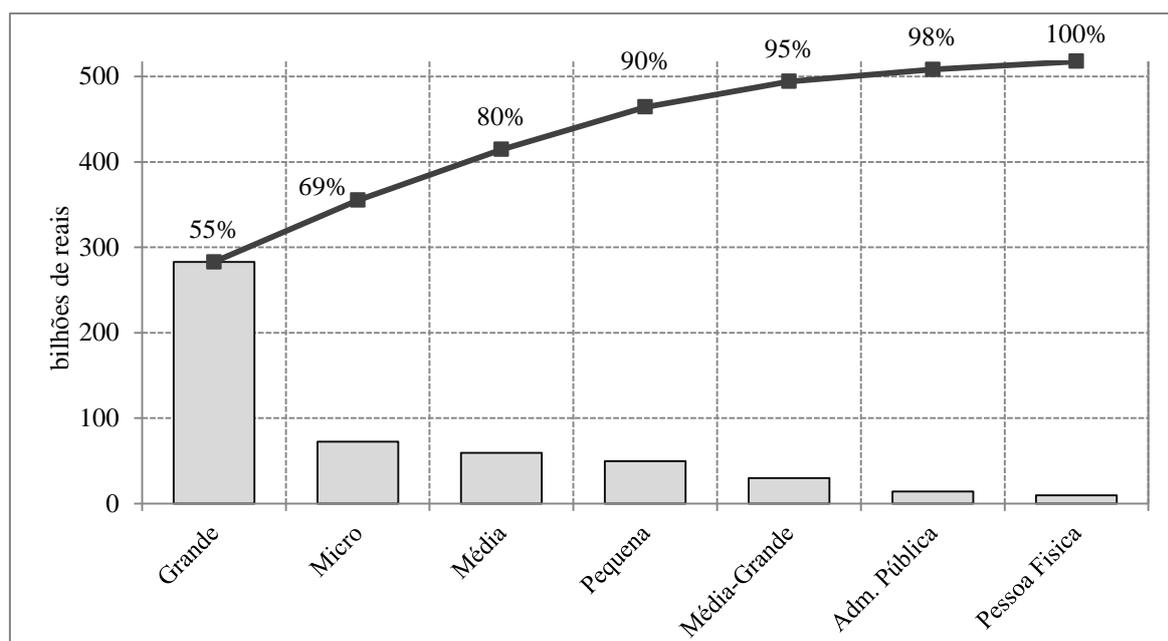


Gráfico VII: Montante de Recursos Empreendidos pelo BNDES (por porte de empresas)

Fonte: BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social)

Outras medidas que entraram no cardápio da Nova Matriz Macroeconômica são os inúmeros programas de incentivos com viés intervencionista. Dentre esses, destaca-se o intensivo programa de concessões, que repassou a iniciativa privada aeroportos, ferrovias, portos e rodovias como da renovação de concessões do setor elétrico. Ressalte-se o maior protecionismo, com a elevação das tarifas de alguns produtos além da intensificação da política de conteúdo nacional, mas ao contrário do planejado, essas medidas não tiveram o efeito desejado sobre a economia. No intervalo entre 2012-2014, a economia de forma geral, passou por um período turbulento. O crescimento do PIB fora quase nulo, os investimentos públicos e privados não decolaram, além de outros eventos adversos, como a aceleração dos níveis de preços e o descontrole das contas públicas.

Para além da condução da economia, este momento histórico possibilitou o aprofundamento das políticas sociais do pacto de redemocratização. Na área educacional, dois temas são extremamente relevantes: ensino técnico e superior. Pela saúde, destacamos o avanço de programas que visam atenuar o déficit estrutural do profissional médico no Brasil.

O avanço do ensino público superior federal se deve muito a criação da plataforma SISU (Sistema de Seleção Integrado). Conjuntamente com o ENEM (Exame Nacional do

Ensino Médio), o SISU revolucionou o ensino público superior federal, ao unificar a forma de acesso e alinhar as estratégias de promoção ao ensino superior às melhores práticas nesta área.

Uns dos destaques das eleições presidenciais do ano de 2014, o ensino técnico profissionalizante se tornou umas das prioridades da educação pública brasileira nesta década. A partir de convênios com instituições de ensino técnico e tecnológicas, ofereceu-se a população cursos das mais variadas áreas com intuito de formar quadros qualificados as empresas, principalmente para as indústrias. No período entre 2011 e 2013, o número de matrículas efetuadas através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) – principal programa de fomento ao ensino profissionalizante público – somou a cifra de mais de cinco milhões.

Uma das maiores dificuldades da saúde brasileira está na capacidade de adequar sua rede de atendimento ao tamanho da demanda. Se por um lado há insuficiência orçamentária, o que interfere na qualidade e na disponibilidade de todos os requisitos necessários para as boas práticas médicas. Por outro, há a escassez de quadros técnicos, principalmente de médicos, o que diminui sensivelmente a eficácia do sistema público de saúde. Diante desse diagnóstico, o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde criou o Programa Mais Médicos. O objetivo desse programa é fornecer quadros médicos ao Sistema Único de Saúde para a prestação de serviços de atenção básica. O foco desses médicos devem ser prioritariamente as áreas mais carentes de assistência médica. Outros objetivos desse programa são a aprimoramento da formação médica, integração do médico em formação as unidades de atendimento do SUS além de integrar o ensino e o serviço como o aperfeiçoamento do profissional médico para o trabalho no SUS ³⁶.

As linhas mestres do modelo heterodoxo de desenvolvimento econômico, erigido a partir das oportunidades geradas pela crise financeira mundial propõe uma reviravolta nos consensos até então estabelecidos pelo Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico. Na área social, ambos modelos não diferem muito na essência, a não ser pelo métodos as vezes atrapalhados dos governos petistas de prosseguir na construção da estrutura de serviços sociais do Estado Brasileiro.

³⁶ IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 22, v. 1. Brasília: IPEA, 2014. p. 200-215.

3. NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO

Com o fracasso da Nova Matriz Macroeconômica abrem-se espaços para o debate sobre os determinantes do desenvolvimento econômico como as ações para inaugurar um novo período de prosperidade na economia brasileira.

Argumentamos no primeiro capítulo que o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico construído a partir da instituição da Nova República Brasileira, em 1985, trouxe como meta o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira através de instituições inclusivas. A partir de diretrizes estabelecidas pela Constituição de 1988, escolhe-se que as prioridades do Estado Brasileiro estarão centradas na promoção de serviços públicos a população como a tarefa de regular o ambiente econômico.

Em um segundo momento, retratamos o Modelo Heterodoxo de Desenvolvimento Econômico. A força deste modelo ressurgiu da oportunidade gerada pela Crise Financeira Mundial de 2008, que colocou em xeque várias proposições econômicas ortodoxas. Defende-se o ativismo estatal na economia como meio para superar as adversidades e alcançar o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira.

O objetivo deste capítulo será contrapor ambos modelos de desenvolvimento econômico e aventar sobre a predominância do Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico sobre o Modelo Heterodoxo de Desenvolvimento Econômico.

3.1 Nova Matriz Macroeconômica, ativismo, perda da credibilidade e rumos do desenvolvimento

A Nova Matriz Macroeconômica, ou na expressão de Samuel Pessoa, Ensaio Nacional Desenvolvimentista representou a volta das ideias heterodoxas ao centro das discussões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro ³⁷. Partindo da premissa que o Estado deve conduzir o processo de desenvolvimento, promoveu-se uma série de

³⁷ Pessoa, S. Duas agendas na política econômica. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 set. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/09/1519388-duas-agendas-na-politicaeconomica.shtml> > Acesso: nov. 2014

mudanças na economia, mas os efeitos foram nada interessantes para a prospecção de melhores níveis de vida para sociedade brasileira.

Primeiramente, adotou-se um regime cambial fortemente administrado e depreciado em detrimento do até então câmbio flutuante, determinado pelo mercado, com o objetivo que a expressiva depreciação – fruto da ação discricionária do Banco Central – acarretasse competitividade aos bens industriais brasileiros³⁸. Segundo, com o objetivo de tornar os investimentos produtivos mais atrativos, o governo empreendeu uma cruzada contra os elevados juros brasileiros. De um lado, o COPOM arbitrou sucessivas quedas na taxa de juros básica da economia (SELIC), surpreendendo os agentes com a magnitude do corte empreendido; por outro lado, os bancos públicos (BB, CEF e BNDES) promoveram uma agressiva redução dos seus spreads bancários, forçando que todo sistema bancário seguisse caminho semelhante, sob pena de perder espaço neste concorrido setor³⁹.

O afrouxamento da política fiscal, iniciado com os esforços para mitigar os efeitos da crise financeira de 2008, é intensificado, com objetivo de vitaminar o investimento público. No *mix* de ações implementadas, cita-se, a política agressiva de desonerações tributárias setoriais, o fortalecimento do BNDES mediante sucessivos repasses de recursos do Tesouro Nacional, a instituição de mecanismos de abatimento de recursos na obrigação de superávit primário, dentre outras manobras que viessem a fortalecer o investimento público⁴⁰.

No caso do câmbio, há um entendimento, até mesmo entre as fileiras keynesianas e estruturalistas, que a competitividade ocorre da incorporação contínua do progresso técnico e da capacidade estratégica de empresas e países de se posicionarem no mercado mundial. Entenda-se por capacidade estratégica do Estado a competência de promover os incentivos certos, e esses passam quase que a totalidade em externalizar melhores condições para que os talentos das pessoas possam ser empreendidos. Além do mais, os países que buscam competitividade através do câmbio desvalorizado, no final, atingem

³⁸ Accioli, C. Ação e Reação. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, p. 20-29, Abril 2013.

³⁹ Mesquita, M. A Política Econômica do Governo Dilma: a Volta do Experimentalismo. In: Centro de Debates de Políticas Públicas. Coletânea de Capítulos da Agenda “Sob a Luz do Sol”, São Paulo, 2014, p. 3. Disponível em: < <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-capitulos-Sob-a-Luz-do-Sol-final.pdf> > Acesso nov. 2014

⁴⁰ Holland, M. “Transição para a Nova Matriz Macroeconômica, afetou o PIB”. 17/12/2012. Brasília, Valor Econômico, Entrevista concedida a Cristiano Romero.

níveis salariais cada vez mais reprimidos, promovendo uma distribuição de renda espúria entre os agentes econômicos que indiretamente impede o florescimento da verdadeira competitividade, através do processo contínuo de destruição criativa ⁴¹.

Como enunciado no parágrafo anterior, os resultados da depreciação induzida da taxa de câmbio foram distantes do que previstos por seus formuladores. Além da pressão sobre os níveis de preços (sendo isso assumido até pelo próprio Banco Central), que tem como efeito uma redistribuição de recursos entre os mais diferentes grupos da sociedade brasileira, essa depreciação em nada ajudou os setores mais sensíveis ao câmbio em adquirir competitividade. Isso, de certa forma, demonstra o exagero da premissa heterodoxa em defesa da taxa de câmbio competitiva.

O hiperativismo governamental causou uma série de danos à economia brasileira nesta segunda década do século XXI ⁴². Além do fracasso na condução da política cambial, o experimentalismo ocorrido na política monetária fez com que o país entrasse em uma zona desconfortável, com a taxa de inflação divergindo da meta proposta, mesmo com o represamento de uma série de tarifas públicas. A transformação de uma variável de política econômica (taxa de juros) em objetivo derradeiro é uma amostra sobre os rumos pela qual as políticas de desenvolvimento econômico no Brasil tomaram nos anos pós-2008. Portanto, não se trata apenas de apontar e criticar as propostas alternativas sobre a condução das políticas econômicas, mas de mostrar às razões que fazem o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico (abandonado parcialmente a partir de 2008) a alternativa mais adequada para o alcance do desenvolvimento pleno da sociedade brasileira.

Em continuação aos apontamentos à situação atual, o enfraquecimento das instituições econômicas brasileiras no período pós-2008, sem dúvidas, é fruto das ações

⁴¹ CEPAL. Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: (Org.) Ricardo Bielschowsky. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record (2000), p.887-910.

Acemoğlu, D. Robinson, J. A. The making of prosperity and poverty. In: Acemoğlu, D. Robinson, J. A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty* - 1st ed. New York: Crown Publishers, 2012. p. 88-101.

Franco, G. A Inserção Externa e o Desenvolvimento. In: Franco, G. O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. São Paulo: Ed.34, 1999. p.31-66.

⁴² Mesquita, M. A Política Econômica do Governo Dilma: a Volta do Experimentalismo. In: Centro de Debates de Políticas Públicas. Coletânea de capítulos da agenda “Sob a Luz do Sol”, São Paulo, 2014, p. 3. Disponível < <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-capitulos-Sob-a-Luz-do-Sol-final.pdf> > Acesso nov. 2014

impetradas sob o escopo da nova matriz macroeconômica. Além da complacência com a inflação e da visão distorcida sobre o câmbio, a progressiva redução de transparência das instituições econômicas e políticas brasileiras gerou uma série de desconfianças quanto à capacidade do país de crescer de maneira sustentável. Iniciativas como a “institucionalização” dos desequilíbrios sistemáticos das contas públicas, sob a égide de contabilidade criativa, intervenções desastradas em setores chaves, como o energético, sob o pretexto de estimular o investimento além dos recorrentes favorecimentos a alguns setores, principalmente os industriais, com a promoção de desonerações tributárias e concessão de crédito extremamente subsidiado calcificam o viés ideológico e contribuem para a imersão de um crescimento desigual da sociedade brasileira.

O desenvolvimento econômico passa obrigatoriamente pela definição dos papéis dos agentes envolvidos. Na concepção desenhada pela redemocratização – maturada pelo Plano Real e seus desdobramentos – a qual nós chamamos de Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, o escopo de ação do Estado está, prioritariamente, de salvaguarda das liberdades substantivas de seus concidadãos como de trabalhar pela construção de instituições políticas e econômicas mais inclusivas. A Nova Matriz Macroeconômica ao propor um ativismo maior na economia rompeu essa tendência e contribuiu para a perpetuação das velhas práticas extrativas. Primeiro, pelo julgamento enviesado que a intervenção estatal deve ser a medida certa e pronta para a maioria dos problemas diagnosticados. Em perspectiva histórica, ao contrário dos defensores desta proposta, pode-se considerar o Estado responsável por uma grande parcela dos problemas recentes da economia brasileira, como por exemplo, a inflação. Segundo, a dilatação do escopo de atuação do Estado afeta a qualidade dos serviços prestados por esse ente. A interrupção de reformas significativas na economia, como a reformulação dos códigos regulamentares brasileiros além dos avanços medianos nos índices de indicadores socioeconômicos neste período atestam o fracasso das tentativas heterodoxas de promover desenvolvimento.

As propostas de desenvolvimento pautadas pela igualdade devem ser guiadas pela meta de aprimoramento das condições de vida das pessoas de maneira sustentável. Isso significa que, ações ou estratégias como as exageradas desvalorizações cambiais, intensificação dos investimentos públicos mediante descontroles nas finanças, favorecimento de grupos amigos do regime devem ser extintas, de forma a garantir, de

fato, condições igualitárias para o desenvolvimento econômico. Não se trata apenas de negar a efetividade dessas medidas, mas mostrar o caráter pernicioso dessas práticas e o estrago que as mesmas têm causado nas instituições econômicas e políticas brasileiras.

A retomada das premissas estabelecidas pelo Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico significa colocar o Brasil novamente no caminho rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Primeiro, pela renúncia do experimentalismo na condução das políticas macroeconômicas e o reconhecimento que essas políticas são regidas por convencionalidades. Segundo, que o esforço do Estado deva estar na condução de políticas que de fato melhoram as vidas das pessoas, como o fornecimento de serviços elementares de qualidade, definição de leis e regras justas, que favoreçam a criação e perpetuação de valores para uma sociedade cada vez melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como meta a descrição das teorias e práticas do desenvolvimento brasileiro nos últimos trinta anos. Na primeira parte, descrevemos o Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo está centrado na promoção de oportunidades mínimas para os indivíduos desenvolverem seus talentos como a eliminação da pobreza extrema, o fornecimento de serviços públicos elementares de qualidade, o estabelecimento de instituições econômicas e políticas mais transparentes além da valorização da competição e a eliminação de todo e qualquer privilégio que pessoas ou de grupos possam ter. Através de dados estatísticos simples, demonstramos a efetividade deste modelo, dado que a qualidade de vida das pessoas apresentou melhora extraordinária nestes últimos trinta anos. O fortalecimento paulatino das instituições políticas e econômicas brasileiras nestes últimos anos e a prioridade de ação dos mais variados governos rumo a uma sociedade mais justa reforça a tese exposta nesta monografia.

Em um segundo momento, apresentamos as propostas heterodoxas de desenvolvimento econômico. Ressurgidas em meio ao vácuo provocado pela crise financeira mundial, estas promoveram e implementaram mudanças significativas ao até então modelo vigente. Mas ao contrário do previsto, o ativismo governamental se tornou a parte principal do problema. O micro gerenciamento, a falta de planejamento de longo prazo e o afastamento das premissas propostas pelo Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico levou o país experimentar um período sombrio. Apesar dos avanços sociais importantes deste período, originados pela robustez institucional do país, as falhas da política econômica cobraram um preço amargo. A diminuição brutal da taxa de crescimento do PIB, a aceleração preocupante da inflação, a piora no ambiente de negócios do país, que tanto afeta o investimento privado estão entre os efeitos colaterais desta política econômica.

Ao contrário da lógica exposta nestes últimos anos, a retomada do desenvolvimento pleno da sociedade brasileira passa necessariamente pelo restabelecimento dos papéis e responsabilidades de cada agente econômico. Ao invés de deter e tentar induzir o crescimento econômico, o Estado deve assumir suas reais responsabilidades e trabalhar pelo ambiente cada vez mais justo. Isso significa concentrar em suas atividades sociais mediante orçamento público, e quanto ao ambiente econômico, assumir de fato seu papel

como ente regulador e incentivador das melhores práticas econômicas. O caminho será árduo, cheio de tentações intervencionistas, mas os exemplos de países bem sucedidos quanto à tarefa de proporcionar melhores condições de vida aos seus concidadãos nos mostram que é possível. Falta-nos tão-somente paciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, C. Ação e Reação. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, p. 20-29, Abril, 2013.

ACEMOĞLU, D.; ROBINSON, J. A. The Making of Prosperity and Poverty. In: ACEMOĞLU, D.; ROBINSON, J. A. Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty - 1st ed. New York: Crown Publishers, 2012.

AVERBUG, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 1990 (1999, p. 46). In: (Org.) GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. A Economia Brasileira nos Anos 90. 1.ed. - Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

BACHA, E. O Plano Real: Uma Avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). O Brasil Pós-Real: A Política Econômica em Debate. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal – Uma Resenha. In: (Org.) Bielschowsky, R.. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. GALA, P. O Novo Desenvolvimentismo e Apontamentos para uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. In: (Org.) OREIRO, J. L. Macroeconomia do Desenvolvimento – Ensaio sobre Restrição Externa, Financiamento e Política Macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Décimo Primeiro Plano de Estabilização. In: (Org.) Velloso, J. P. R.. Combate à Inflação e Reforma Fiscal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

CEPAL / UNESCO. Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade. In: (Org.) BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In: (Org.) BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: (Org.) BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORBUCCI, P. et al. Vinte Anos da Constituição Federal de 1988: Avanços e Desafios na Educação Brasileira. In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte Anos da Constituição Federal, v. 2. Brasília: IPEA, 2009.

DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R.. Seguridade Social: Redefinindo o Alcance da Cidadania. In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte Anos da Constituição Federal, v. 1. Brasília: IPEA, 2009.

KHAIR, A. Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia de Orientação para as Prefeituras. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: BNDES, 2000.

FRANCO, G. A Inserção Externa e o Desenvolvimento. In: FRANCO, G. O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. São Paulo: Ed.34, 1999.

_____. Privatização: as novas fronteiras?, “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 29 ago. 1999.

_____. Criatividade e Produtividade como Motores do Desenvolvimento: Teoria e Prática no Brasil do Real. In: Franco, G. O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. São Paulo: Ed.34, 1999.

FURTADO, C. Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento. In: (Org.) BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLLAND, M. “Transição para a Nova Matriz Macroeconômica, afetou o PIB”. 17/12/2012. Brasília, Valor Econômico, Entrevista concedida a Cristiano Romero.

IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 22, v. 1. Brasília: IPEA, 2014.

JACCOUD, L.; HADJAB, P.; CHAIBUB, J. Assistência Social e Segurança Alimentar: Entre Novas Trajetórias, Velhas Agendas e Recentes Desafios (1988-2008). In: IPEA (Org.) Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise nº 17: Vinte anos da Constituição Federal, v. 1. Brasília: IPEA, 2009.

MEIER, G. The Old Generation of Development Economists and the New. In: (Org) MEIER, G.; STIGLITZ, J. Frontiers of Development Economics: The Future in Perspective. New York: Oxford, 2001.

MEIER, G. The Formative Period. In: (Org.) MEIER, G; SEERS, D. Pioneers in Development. Washington: Oxford, 1984.

MESQUITA, M. A Política Econômica do Governo Dilma: A Volta do Experimentalismo. In: Centro de Debates de Políticas Públicas. Coletânea de Capítulos da Agenda “Sob a Luz do Sol”, São Paulo, 2014, p. 3. Disponível < <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-capitulos-Sob-a-Luz-do-Sol-final.pdf> > Acesso: Nov. 2014

PESSÔA, S. Ascensão e Queda da Nova Matriz Macroeconômica. [Editorial] Conjuntura Econômica, p. 10-11, Nov. 2013.

_____. Crescimento, fenômeno institucional. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jan. 2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/01/1399711-crescimento-fenomenoinstitucional.shtml>. Acesso: Nov. 2014

_____. O Brasil cresce pouco?. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 ago. 2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/08/1494982-o-brasil-cresce-pouco.shtml>. Acesso: Nov. 2014

_____. Duas agendas na política econômica. Folha de São de Paulo, São Paulo, 21 set. 2014.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/09/1519388-duas-agendas-na-politicaeconomica.shtml>> Acesso: Nov. 2014

_____. Ideologia ou economia política. Folha de São Paulo, São Paulo, 05. out. 2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/10/1527427-ideologia-ou-economiapolitica.shtml>. Acesso: Nov. 2014

_____. Duas narrativas. Folha de São Paulo, São Paulo, 26. out. 2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/10/1538306-duas-narrativas.shtml>. Acesso: Nov. 2014.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade, tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLA, M. A História das Constituições Brasileiras, São Paulo: Leya, 2011.